

---

## **EDUCAÇÃO E CULTURA: AS ESCOLAS DO CAMPO EM MOVIMENTO**

---

Claudemiro Godoy do Nascimento

*Resumo: este artigo tem o desejo de refletir sobre os problemas e as alternativas existentes na educação vinculada ao campo. Um movimento está se fazendo, gestando-se por meio de educadoras e educadores comprometidos com a causa pedagógica-cultural de camponeses e camponesas. A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo é uma semente lançada que pretendemos continuar regando neste imenso jardim da Educação. O artigo vem, também, demonstrar os problemas da educação no meio rural depois da municipalização do ensino fundamental e mostrar alternativas que caminham na contramão da história como é o caso da Pedagogia do MST e da Pedagogia das EFAs.*

*Palavras-chave: educação do campo, alternativa, memória coletiva, identidade, Educação*

*Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos, em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. [...] a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. (Paulo Freire)*

O texto que se apresenta tem a finalidade de abordar uma proposta político-pedagógica alternativa e específica, que está sendo objeto de reflexão de educadores e educadoras preocupados com a realidade das escolas do campo.

Em 1998, de 27 a 31 de julho, aconteceu na cidade de Luziânia, estado de Goiás, a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Este evento teve cinco entidades promotoras, que manifestaram o desejo de propor a abertura do debate em torno de uma questão extremamente preocupante para a realidade camponesa. Neste sentido, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) organizaram a Conferência Nacional, tendo como principal objetivo analisar a realidade das escolas do/no campo.

Pode-se a princípio perguntar: Quais são as políticas educacionais, os parâmetros curriculares que estão voltados para a realidade do campo? Os documentos oficiais da legislação educacional brasileira alertam: “Adaptar os conteúdos, os calendários e o material didático às condições de vida do meio rural”<sup>1</sup>. Entretanto, isto não vem sendo respeitado nas entrelinhas.

Os educadores e educadoras do campo estão em constante movimento, buscando fazer acontecer uma educação específica do campo (CALDART, 1997). Mas encontram-se na contramão da história oligárquica que se produz no meio rural deste país. Por isso, buscam incentivar a recriação de um movimento social e cultural que valorize a identidade da comunidade. Daí surgem práticas pedagógicas inovadoras que enriquecem o debate e a reflexão do projeto alternativo de uma educação básica, especificamente, do campo.

Historicamente, sabe-se que a educação rural está fora da agenda política do país, seja por parte do MEC ou das Secretarias de Educação dos Estados da federação. A educação rural, ignorada e marginalizada, foi reduzida à escolinha rural, à professora desqualificada e às massas de analfabetos. Fica evidente que há muito tempo faltam políticas educacionais referentes à realidade camponesa. Neste sentido, é necessário abrir o debate com o Congresso Nacional de Educação (Coned), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa na Educação (Anped) e com a Confederação Nacional de Trabalhadores (as) em Educação (CNTE).

A educação do campo, além de ser um projeto de renovação pedagógica, caracteriza-se por falar através de gestos, símbolos (rituais, músicas, danças e teatros) e linguagens próprias da cultura camponesa, contrapondo-se, assim, às atuais dimensões educativas com matrizes pedagógicas esquecidas pelo predomínio da pedagogia da fala, da transmissão, do discurso do mestre para alunos e alunas silenciosos.

A educação camponesa se constrói a partir de um movimento socio-cultural de humanização. Centraliza-se na busca pela pedagogia do ritual, do gesto, do corpo, da representação, da comemoração e do ato de fazer memória coletiva. As pessoas, gente simples<sup>2</sup> do campo, tornam-se sujeitos culturais, celebrando sua memória ao resgatar a identidade por meio da educação. Assim, a educação do campo é chamada a construir matrizes humanistas para o Homem do campo tendo em vista a emancipação humana. Os projetos entre educação do campo, e a educação formal e bancária do Governo são paradoxais. Na educação do campo, todos são sujeitos e construtores de memória e da história, ou seja, todos são sujeitos sociais e culturais. Já na educação formal, a escolarização, apresentada como único modelo pedagógico a todos os brasileiros (as), reduz alunos (as) a: aprovados ou reprovados, novatos ou repetentes, defasados especiais ou anormais, além de criar um dualismo entre educador/educando.

Abre-se, a partir da educação do campo, um grande horizonte de temas transversais que podem e devem ser recuperados em todas as unidades escolares e nas suas respectivas comunidades. Temas como: esperança, cidadania, justiça, liberdade, igualdade, cooperação, diversidade, terra, trabalho, identidade...

## FAZENDO MEMÓRIA

A idéia de uma educação básica do campo é a busca de uma educação específica para o campo, por meio de novos conteúdos e de uma metodologia pedagógica diferenciada. A idéia da realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo surgiu no I ENERA<sup>3</sup>. A proposta de uma educação básica do campo deve estar ligada a um projeto popular de educação e desenvolvimento para o país.

Foi assim que as entidades promotoras, desafiadas a refletir sobre a questão da educação rural, tomaram a iniciativa de organizar esse evento, que buscou ser, antes de tudo, um espaço onde se pudesse trocar as experiências. O objetivo principal da Conferência foi “recolocar o rural e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país” (VVAA, 1999, p. 22). Dessa Conferência surgiu um documento que resume as angústias e as incertezas, mas também, os sonhos e as esperanças de se ter uma educação que respeite a cultura e a identidade camponesa. Talvez o maior desafio desse encontro tenha sido o como “pensar e fazer uma educação vinculada às estratégias de desenvolvimento” (VVAA, 1999, p. 23) para os camponeses de todos os setores culturais.

## A REALIDADE DA EDUCAÇÃO CAMPONESA: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS

A exclusão e a desigualdade social são marcas registradas do Brasil. Neste leque de exclusão e desigualdade encontram-se os camponeses que são considerados atrasados e fora do lugar tido como moderno (WANDERLEY, 197)<sup>4</sup>. São vistos como espécies em extinção por aqueles que fazem parte do modelo de desenvolvimento urbano, moderno e, hoje, neoliberal.

As oligarquias rurais, representantes do atraso, possuem um significativo poder político dentro do Governo Federal. Este, por sua vez, faz uma política de interesse com o MST e com os grandes fazendeiros. Neste jogo de empurra-empurra, a crise do emprego aumentou por causa do êxodo rural e da migração campo-cidade. No entanto, há uma reação do povo, principalmente, das minorias excluídas que buscam lutar pelo espaço social que lhes pertence, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural para o campo.

No que se refere à educação no sentido amplo, qual seria a educação que vem sendo oferecida ao meio rural? E quais são seus conceitos e seus métodos utilizados? Antes de tudo, precisa-se destacar a importância de se ter uma educação do campo vista como específica, diferenciada e alternativa. Deve ser uma educação vista como processo de formação humana e que tenha qualidade ao valorizar a realidade específica da comunidade. O conceito de educação existente na legislação brasileira atesta a valorização do diferente, mesmo não tendo sido respeitado na prática pelo atual sistema educacional.

*A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais<sup>5</sup>.*

O que se pode entender por educação básica? Na LDB, Lei n. 9.394/96, vai ser afirmado que a educação básica compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, ou seja, refere-se à escola pública em todos os seus níveis. No entanto, está claro que a educação básica para os camponeses não pode ter somente aspectos de escolarização formal. A educação não-formal faz parte do cotidiano, do fazer educação do campo, a partir das experiências alternativas de caráter popular, de resistência e recriação da cultura do campo.

O que se entende por campo? As últimas pesquisas demonstram que há um resgate do conceito camponês para exprimir a relação do trabalhador (a) do campo com a terra. Neste sentido, pode-se falar de educação do campo a partir da referência dos trabalhadores, especificamente, os povos do campo<sup>6</sup>. Muitos conceitos que qualificam os habitantes do campo podem ser valorativos, depreciativos e/ou pejorativos. É muito comum ver conceitos pejorativos sendo conferidos aos camponeses. São estereótipos que se instalam no inconsciente popular, como: atrasados, preguiçosos, ingênuos e incapazes. Constrói-se, dessa maneira, um racismo rural disfarçado e camuflado. A própria sociedade brasileira criou estereótipos em relação aos camponeses vistos como os atrasados, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato (MARTINS, 1975), que precisa se adequar e se integrar ao sistema social do mundo urbano que, hoje, é o mercado. Desencadeia-se, assim, por meio da relação entre urbano e rural, uma situação de dependência e fetiche construída pelas relações políticas. Torna-se urgente o rompimento dessa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado) que gera a dominação do urbano sobre o rural. É preciso recriar uma concepção de dependência mútua, em que o urbano não sobrevive sem o rural e vice-versa.

A população rural é vista como dados do IBGE, extremamente, esquecida e abandonada. Com o avanço do capitalismo no campo, subordinada à lógica do mercado, três princípios se desenvolveram na realidade camponesa. Primeiro, o princípio de um desenvolvimento desigual entre as agroindústrias e os pequenos proprietários. Segundo, o princípio de um processo excludente que gerou a grande massa de migrantes, os retirantes em êxodo. Terceiro, o princípio de um modelo de agricultura que produz relações sociais atrasadas e modernas. A lógica do capital gerou, no meio rural, três conseqüências drásticas e desiguais: a concentração da propriedade e da renda, a concentração urbana com índices altos de desemprego e intensificação da violência e a dominação do urbano sobre o rural.

A migração campo-cidade vem atestando que, possivelmente, o campesinato estaria em processo de extinção. A agricultura familiar camponesa foi abandonada, ao longo dos últimos anos, pelas políticas públicas de desenvolvimento agrário. Neste sentido, a tendência é a urbanização acelerada e crescente e a diminuição gradual da população camponesa.

A política agrícola do Governo prioriza a agricultura capitalista patronal baseada na monocultura exportadora. Em contrapartida, marginaliza a agricultura familiar destinada à subsistência e ao mercado local (FERNANDES, 1998)<sup>7</sup>. A agricultura familiar é defendida pelos organismos internacionais como a FAO<sup>8</sup>, nacionais como a CONTAG<sup>9</sup> e por or-

ganizações não-governamentais (ONGs), como sendo o modelo de uma agricultura sustentável. Amplia-se a relação de dominação entre agricultura patronal e agricultura familiar, que possuem interesses distintos. A tecnologia está a serviço da agricultura capitalista, excluindo assim, a agricultura familiar. Para isso, precisa-se reconhecer a necessidade da escola no e do campo. Escola do campo não significa associá-la às escolas agrícolas, mas é uma escola vinculada à cultura intermediada pelas relações e pelos atores sociais que estão voltados ao trabalho na terra. A educação de qualidade no campo, voltada aos interesses dos camponeses, pode ajudar na construção de uma agricultura alternativa que significa realizar a inclusão dos excluídos no seio da sociedade. Por isso, não se pode separar a educação dos problemas reais da realidade do camponês, alerta o educador Paulo Freire numa entrevista onde fala que sem educação não pode haver Reforma Agrária no Brasil.

*É difícil lutar em favor da natureza, da ética universal do ser humano, como eu a chamo. Só que a história não se faz ao lado de sua vida, nem da minha. Às vezes nem em 100 anos, só em 200. Eu me vejo muito e faço questão de trabalhar numa dimensão histórica em que me perco como indivíduo... A dimensão histórica do meu, do nosso devir, é fundamental para nós. Não é fácil fazer isso... Eles, os Sem Terra, sabem que a educação sozinha não faria a Reforma Agrária. Mas eles sabem que sem a educação também não se faz a Reforma Agrária. [...] O MST não teria a presença que tem se não soubesse disso... (CALDART, 1997, p. 179-80)<sup>10</sup>.*

Um outro problema: são poucas as escolas existentes no campo. As que existem são escolas no campo. Mas não são, de maneira alguma, escolas do campo, com projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo do campo. Pode-se compreender o porquê da proposta de um projeto – Por Uma Educação Básica do Campo. Um desafio a ser construído, a ser processo. Ainda não se têm condições de se ter escolas no campo, muito menos, escolas do campo. Mas por quê? Porque faltam políticas públicas, princípios, concepções e métodos pedagógicos que forneçam maiores condições para se assumir uma educação específica do campo.

## A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO HOJE

Há uma enorme escassez de dados e análises sobre a educação no campo. Sabe-se que até 1998 apenas 2% das pesquisas nos programas de

pós-graduação dizem respeito ao campo e não chegam a 1% as que tratam da educação escolar no meio rural. Outro problema é o analfabetismo no meio rural, que chega a 32,7% da população acima de quinze anos<sup>11</sup>. Essas pessoas estão excluídas do acesso à leitura e à escrita que é um direito elementar de todo cidadão. O Governo Federal consola-se com dados de redução do analfabetismo no país que chegam a 15,6% de analfabetos em todo o país, ou seja, cerca de vinte milhões de pessoas. Esconde, no entanto, os dados referentes ao meio rural, sem contar os estados que não tiveram a pesquisa, além de não ter um projeto político-pedagógico comprometido com a alfabetização e a pós-alfabetização.

A matrícula no ensino fundamental é um outro problema. As crianças fora da escola concentram-se nos grandes bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais (IBGE). Há uma política nos municípios que estimula os estudos na cidade, retirando do cenário educacional as escolas do campo. O MST (CALDART, 2000)<sup>12</sup> e as organizações indígenas (CNBB, 2002) estão lutando na contramão da história, buscando reverter este dado que reflete a existência de políticas públicas adequadas de uma concepção urbana de educação.

O ensino médio apresenta 50% da população dos quinze aos dezessete anos fora da escola. Existem poucas escolas de ensino médio no meio rural. Em relação à educação infantil (0 a 6 anos), nada se tem de efetivo por parte do Governo. Na linguagem legislativa, pode-se chamar de fase da creche. Para o MST, a linguagem é a da fase da ciranda infantil. Já sobre os docentes existem dois problemas: falta de valorização do magistério e falta de formação de professores(as). Uma das maiores aberrações salariais encontra-se no campo, além de submeterem-se às condições precárias de trabalho. Em sua maioria, os professores(as) são leigos(as). Não existe formação do magistério ou formação superior que estejam atentos à realidade do campo. Inexistem materiais didáticos e pedagógicos que estejam vinculados às questões específicas da realidade camponesa.

Mas qual é o tipo de escola pública oferecida à população camponesa? É uma escola relegada ao abandono, denominada, pejorativamente, de escola isolada. É uma escola que inexistente quando as prefeituras adotam uma política de redução dos custos, trazendo as crianças para estudar na cidade, em cima de caminhões de gado ou de Kombis, em estradas precárias, com horas de viagem<sup>13</sup>. Além de excluir as crianças do campo, separando-as em salas diferentes, elas devem assumir os valores da cidade, pois senão são chamadas de atrasadas pelos colegas ou pelos próprios professores.

Pode-se perceber que são muitos os empecilhos que impedem as pessoas de continuar sonhando. Mas é a esperança na educação que fará de

homens e mulheres do campo os protagonistas de uma nova proposta alternativa de educação. Além dos problemas já citados, de maneira geral, destaco alguns que considero primordial: a falta de infra-estrutura nas escolas; docentes desqualificados; falta de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar, alheios à realidade do campo; professores/as com visão de mundo urbano, uma visão de agricultura patronal; falta de formação específica para os docentes por parte do Governo e das Universidades; a apresentação do urbano como superior, moderno e atraente; o deslocamento dos estudantes para estudar na cidade; e a desqualificação do campo por parte das políticas públicas.

As escolas do campo devem se constituir numa direção contrária aos valores capitalistas e à lógica patronal. Neste sentido, há movimentos sociais e organizações populares que estão tentando reagir, assumindo a proposta de uma educação básica do campo, como é o caso das EFAs (Escola Família Agrícola), do MEB (Movimento de Educação de Base) que tem um trabalho com a alfabetização de jovens e adultos (FREIRE, 2001)<sup>14</sup> do MST, com as escolas de assentamento e acampamento, além de ter uma formação específica de professoras/es próprios, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) com suas escolas de reassentamento, das Escolas indígenas, juntamente, com as comunidades remanescentes de quilombos, além das experiências em diversas comunidades de base que lutam isoladamente.

## BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: TESOUROS DA PROPOSTA

O que seria a proposta de uma escola do campo? A realidade nacional é de crise. Crises de auto-estima, de valores, de destino, de identidade (de si e do mundo). Crises que geram problemas da sociedade, como a exclusão. Crises causadas pelo projeto das elites que fazem aliança com o capital internacional afetando toda a população, principalmente, os excluídos de participar do mercado (FURTADO, 1974)<sup>15</sup>.

A origem desses problemas está invisível aos olhos do povo e possuem duas dimensões: a primeira mostra que o Brasil continua sendo uma colônia moderna do capital internacional. A segunda, que há desigualdades desde 1500 que fizeram com que se perdesse a identidade cultural e o senso de nacionalidade (REZENDE, 1980)<sup>16</sup>. Esses problemas invisíveis geram os problemas visíveis aos nossos olhos, que são: a concentração de riqueza e da renda, a dependência externa (desnacionalização ou desestatização), dominação do capital financeiro, o Estado a serviço dos interesses das elites (hoje, grupos

econômicos e financeiros minoritários no país, mas com grande poder político), monopólio dos meios de comunicação, latifúndios improdutivos e concentração da propriedade privada, o bloqueio cultural (desvalorização das culturas existentes no Brasil e a supervalorização do que é importado, como a americanização e a europeização dos valores e costumes) e a questão ética com as inversões de valores (individualismo, consumismo e a competição).

Dessa forma, três questões se levantam: Qual o papel da educação na construção de um projeto de desenvolvimento nacional? Qual o papel que as escolas do campo devem assumir a fim de incentivar a construção de iniciativas que reduzam os problemas agravantes existentes na sociedade brasileira? E, por fim, que políticas públicas, concepções e princípios pedagógicos são necessários para se construir a identidade de uma escola do campo? São questionamentos em movimento que necessitam ser esclarecidos por todos e todas que se comprometam com a causa.

O processo de construção de um projeto popular alternativo de desenvolvimento para o Brasil requer novos valores éticos e culturais que precisam ser assumidos por todos/as. São compromissos básicos que podem ser resumidos em: o compromisso com a soberania, compromisso com a solidariedade (extermínio da exclusão social e da desigualdade), compromisso com o desenvolvimento (rompimento com o capital financeiro), compromisso com a sustentabilidade, compromisso com a democracia ampliada e o compromisso com a segurança alimentar (VVAA, 1999).

Qual é o espaço do campo nesse novo projeto nacional<sup>17</sup>? A escola do campo é chamada a contribuir no debate e na construção desse projeto popular alternativo de desenvolvimento para o campo. O desenvolvimento para as elites no que se refere ao campo modernizou-se nos últimos anos com o uso de fertilizantes, de irrigação e de equipamentos técnicos (modernização conservadora). Por outro lado, este projeto modernista para o campo expulsou milhões de trabalhadores/as e concentrou a propriedade fundiária. Quando há resistência, enfrentam a ira e a violência das velhas oligarquias rurais, donas dos latifúndios improdutivos (LISITA, 1992)<sup>18</sup>.

Poder-se-ia perguntar: quais são, então, as perspectivas dos pequenos agricultores rurais baseados no modelo de agricultura familiar? Algumas perspectivas podem ser apontadas, como: tendência a desaparecer, a migrar ou a reiniciar a luta pela terra; incorporar-se ao sistema de agricultura patronal; assimilar as novas tecnologias; reformar-se com tecnologias alternativas; transformar-se através da cooperação agrícola; ou, enfim, reorganizar-se com novas experiências.

As cooperativas podem contribuir, de maneira especial, para a construção de um projeto alternativo. Contribui na geração de empregos, barateando os alimentos, e libera renda para outros setores da economia, além de melhorar as condições de vida do povo. Para que isso ocorra, deve haver uma inversão política por parte das políticas públicas referentes aos projetos agrários. Essas mudanças podem ser assim destacadas:

- Os camponeses como sujeitos deste projeto de desenvolvimento, buscando na agricultura familiar a base de suas lutas.
- Política efetiva de segurança alimentar.
- Efetivar a reforma agrária e a eliminação dos latifúndios.
- Estimular pequenos e médios agricultores a recuperar a terra.
- Valorizar a agricultura familiar e quebrar o monopólio privado das agroindústrias.
- Política agrícola voltada à agricultura familiar.
- Desenvolver um amplo programa de educação para as escolas do campo.

Requer-se, também, políticas públicas para o desenvolvimento da educação básica do campo. Mas o que se entende por políticas públicas? “Políticas públicas são os conjuntos de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado-sociedade” (VVAA, 1999, p. 57).

O campo necessita de políticas públicas a fim de romper com processo de discriminação, fortalecer a identidade cultural negada às minorias e garantir o atendimento diferenciado<sup>19</sup>. Clama-se por políticas públicas para a educação do campo, referentes a:

- Alfabetização de jovens e adultos (eliminação do analfabetismo do campo).
- Acesso de todos e todas a escola pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis.
- Gestão democrática do sistema escolar (participação das comunidades nas decisões e na fiscalização dos recursos públicos).
- Apoiar iniciativas de inovação das estruturas e currículos, construindo uma pedagogia adequada ao meio rural. Que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos e alunas com sua comunidade de origem.
- Escolas técnicas regionais (ensino fundamental e médio).
- Docentes que queiram trabalhar nas escolas do campo.
- Formação contínua para educadores/as do campo.
- Disciplinas específicas a essa formação nos cursos de magistério e nos cursos superiores de pedagogia e demais licenciaturas.
- Divulgação de materiais didáticos e pedagógicos voltados para a realidade do campo.

- Pesquisas e estudos sobre o meio rural.
- Relacionar a educação com outras questões de desenvolvimento social.
- Valorização da cultura e incentivar o intercâmbio cultural.
- Financiamento por parte do Estado dos projetos de escolas alternativas feitas por iniciativa da comunidade rural ou de um movimento popular.

As concepções e princípios pedagógicos de uma escola do campo devem ter claro que educação do campo não é resíduo em processo de extinção, mas, é necessária para se cultivar a própria identidade antropológica camponesa, além de contribuir no desenvolvimento de estratégias para um projeto educativo socioeconômico.

Dessa maneira, pode-se formular cinco princípios básicos que mostram o papel da escola e a sua transformação. A primeira transformação do papel da escola refere-se, especificamente, a três compromissos que a educação do campo deve assumir. O compromisso ético/moral com a pessoa humana. O compromisso com a intervenção social que irá vincular os projetos de desenvolvimento regional e nacional. E o compromisso com a cultura no seu resgate, na sua conservação e na sua recriação, tendo como eixo a educação dos valores baseada na educação para autonomia cultural e na educação pela memória histórica.

A segunda transformação do papel da escola diz respeito à gestão da escola como espaço público e comunitário, ou seja, a democratização do espaço escolar. Isto significa que deve haver ampliação (quantitativa e qualitativa) do acesso às escolas; participação da comunidade nas decisões sobre gestão escolar, propostas pedagógicas e políticas públicas; participação dos educandos/as na gestão escolar superando a democracia representativa; e a criação de coletivos pedagógicos que pensem e repensem os processos de transformação. Assim diz a educadora Roseli Salette Caldart (1977, p. 45), do Setor Educação do MST, a respeito dos coletivos pedagógicos:

*Uma das lições da nossa prática é a de que a transformação da escola não acontece sem a constituição de coletivos de educadores. Um educador ou educadora que trabalhe sozinho, jamais conseguirá realizar esta proposta de educação, até porque isso seria incoerente com o processo coletivo que a vem formulando. São precisos coletivos para pensar a continuidade da luta por escolas em condições adequadas, para organizar a Equipe de Educação do assentamento ou acampamento, para planejar formas de implementação das mudanças no currículo, para refletir sobre o processo pedagógico, para estudar, para planejar e avaliar as aulas, para continuar sonhando e recriando esta*

*proposta. Em cada local o desafio é o de encontrar a melhor forma de constituir e fazer funcionar estes coletivos (CALDART, 1997, p. 45).*

A terceira transformação do papel da escola vem abordar a pedagogia escolar, onde a educação popular inserir-se-á no cotidiano escolar e no processo de ensino-aprendizagem. A finalidade desta transformação é trazer para a escola alternativas pedagógicas que são produzidas fora do espaço escolar formal; analisar as experiências e as discussões que acontecem a respeito da renovação pedagógica; aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser (DELORS, 2000)<sup>20</sup>.

A quarta transformação refere-se aos currículos escolares, que devem adequar-se ao movimento da realidade que o cerca. Por isso, a princípio, deve-se retirar o conceito de que a escola é mera transmissora de conhecimentos teóricos. Mas é um espaço, por excelência, de formação humana. Para isso, faz-se necessário pensar um novo ambiente educativo. Num segundo momento, refletir sobre a existência do reducionismo de tendência pedagógica em ter a escola como simples espaço de memorização e de informação. Posteriormente, exigir que o currículo de uma escola do campo contemple as relações com o trabalho na terra e trabalhar o vínculo entre educação e cultura, sendo a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade. E, por fim, o currículo deve romper com a postura presenteísta que domina nossa sociedade (CHASSOT *apud* HOBSBAWM, 1995).

Enfim, a quinta transformação do papel da escola vem mostrar a (trans) formação dos educadores e educadoras das escolas do campo. Dois problemas são visíveis: os educadores/as são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o trabalho da docência e, principalmente, os coloca num círculo vicioso e perverso. Isto faz gerar uma conseqüência problemática: como vítimas (os educadores/as) constroem novas vítimas, os educandos/as das escolas do campo. As iniciativas específicas para educadores/as do campo são: articulação, ou seja, a criação e o fortalecimento dos coletivos pedagógicos locais, municipais, estaduais, nacionais e internacionais; qualificação ou formação escolar para os docentes leigos/as; e criar programas sistemáticos de formação com metodologias pedagógicas alternativas no processo de formação.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS EM CAMINHADA

Os desafios são históricos. O compromisso com a escola do campo é um compromisso que integra a luta brasileira por uma educação básica,

de qualidade, em que se pretende ampliar a educação (tempo-oportunidade) para o povo brasileiro. Além disso, realizar a transformação da escola (que escola temos e que escola queremos). Inventar novas alternativas pedagógicas que venham substituir as velhas práticas educacionais ultrapassadas que até hoje estão “mofando” em nossas unidades escolares e, principalmente, no sistema estrutural de ensino. Dessa maneira, estaremos construindo a verdadeira educação para a autonomia.

Foi neste sentido que a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo concluiu seus trabalhos, almejando continuar lutando contra todos os empecilhos que venham a impedir que se realize o sonho de uma escola, verdadeiramente, no campo e do campo, acessíveis aos povos do campo, sejam indígenas, quilombolas ou camponeses em geral. Dessa forma, a Conferência e todos/as que lá se encontravam assumiram dez compromissos e desafios (VVAA, 1999) que são:

- Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento.
- Propor e viver novos valores culturais.
- Valorizar as culturas do campo.
- Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo.
- Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização.
- Formar educadoras e educadores do campo.
- Produzir uma proposta de educação básica do campo.
- Envolver as comunidades neste processo.
- Acreditar na nossa capacidade de produzir o novo.
- Implementar as propostas de ação dessa conferência.

## CONCLUSÃO

A I Conferência teve como objetivo refletir sobre o papel que o campo exerce na sociedade brasileira. A proposta por uma educação básica do campo continua sua caminhada. É preciso que outras pessoas assumam esta causa.

Penso que o papel das Universidades é de fundamental importância para que se possa debater a viabilidade do projeto e difundir a proposta lançada por educadoras e educadores que sonham construir uma educação que esteja libertada das correntes burocráticas e paternalistas impostas pelas políticas educacionais que se fazem presentes no hoje da legislação brasileira.

As escolas do campo estão aí. Não se pode fechar os olhos à realidade. São escolas que deveriam ser mais do que escola numa perspectiva pedagógica

que se faz a partir da comunidade. As escolas do campo são interpeladas a ser espaço de reconstrução da memória coletiva e histórica de toda a comunidade, por isso, a importância dos atores sociais deste novo jeito de fazer a educação, não somente educadores(as) com educandos(as), mas com todos e todas que vivem a realidade da comunidade. Para isso, precisa-se assumir posturas pedagógicas que venham enriquecer a possibilidade do diálogo e, posteriormente, a implantação de muitas educações, diferenciadas e alternativas para as várias realidades existentes neste Brasil pluri-étnico e pluri-cultural.

Assumir pedagogias em movimento (CALDART *apud* BENJAMIM; 2000), que valorizam a luta social, a organização coletiva, a terra, o trabalho e a produção, a cultura (costumes, tradições, hábitos), a escolha, a história, a alternância<sup>21</sup>, a festa, a religiosidade e a ecologia.

Foi neste desejo de contribuir com a reflexão e o debate que apresentei à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) um projeto de pesquisa voltado, especificamente, para as escolas do campo<sup>22</sup>. Este artigo tem um caráter mais geral do tema abordado. Já o projeto de pesquisa tem o desejo de refletir e avaliar o processo pedagógico existente nas escolas do campo, especificamente, no município de Goiás. A intenção do projeto é avaliar, inculcar, discutir e refletir a educação do campo, em se tratando de uma educação que se volta ao conjunto de trabalhadores(as) do campo, em sua maioria camponeses e pequenos agricultores na região do município de Goiás.

Limitei o projeto ao município de Goiás, no Estado de Goiás, tendo como base três escolas do campo, sendo elas: a primeira, a Escola-Família Agrícola (Escola baseada no MEB e financiada pela Diocese de Goiás, juntamente, com uma ONGs da Bélgica chamada “*Entraide et Fraternité*” em parceria com a Secretária de Educação do Estado de Goiás). A EFA de Goiás atende ao ensino fundamental e está vinculada à Comissão Pastoral da Terra (CPT), de forma que busca valorizar a terra e a cultura existente na realidade do educando/educanda; a segunda, uma escola do MST, no assentamento Mosquito em Goiás, um dos mais antigos do Estado de Goiás, onde se percebe um outro modelo pedagógico implantado a partir da proposta pedagógica do Setor Educação do MST; e a terceira escola do campo será uma escola municipal ou estadual, ainda a ser definido pela Delegacia de Ensino de Goiás e pela Secretaria de Educação do Município de Goiás.

A semente está lançada. O tesouro da educação do campo está aí, adormecido pelas estruturas educacionais que negam a importância do diferente e da diversidade. Porém, há um movimento em movimento, buscando recriar, resgatar e conservar a cultura do campo, e isso é um fazer a educação não-formal em prol da cidadania (GOHN, 2001). Todos e todas são cha-

mados a fazer a caminhada da esperança em conjunto com os educadores e as educadoras que, de fato, vivem a escola do campo no cotidiano.

Não se pode perder o sonho de uma escola do campo específica e alternativa, pois, como diz Arroyo (2001), “se perdemos os sonhos, perder-se-á o ofício de educar e aprender”.

## Notas

<sup>1</sup> LDB, Lei n. 9.394/96.

<sup>2</sup> Deve-se tomar cuidado com esta palavra. Emprego o termo simples para mostrar que a população camponesa não busca viver de maneira individualista, ao contrário, vivem na simplicidade porque sabem partilhar a terra e são, em sua grande maioria, pessoas solidárias. Muitas vezes, na história do Brasil, as palavras simples ou simplicidade foi usada ideologicamente pelas elites oligárquicas, fazendo com que negros, índios, caboclos e camponeses se tornassem submissos, “bonzinhos”, humildes... Dessa maneira foram enganados e desrespeitados em seus direitos.

<sup>3</sup> Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária.

<sup>4</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. *Anais... do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 1997.

<sup>5</sup> Cf. LDB, Lei n° 9.394/96, Art. 1°.

<sup>6</sup> São considerados povos do campo: os indígenas, os quilombolas e todos os setores camponeses.

<sup>7</sup> O autor diferencia agricultura camponesa de agricultura familiar. Agricultura camponesa são os processos provocados pelas novas formas de luta e de organização camponesa. Já, agricultura familiar representa a concepção limitada do Governo em relação ao modelo agrícola que indica, nas entrelinhas, uma agricultura capitalista e que não inclui as ocupações não-agrícolas.

<sup>8</sup> Fundo das Nações Unidas para a Agricultura, órgão da ONU.

<sup>9</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores/as da Agricultura.

<sup>10</sup> Entrevista concedida a Ethan Bronstein em 16 de abril de 1997, e divulgada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 04/05/97..

<sup>11</sup> Cf. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 1995. Os dados de 2000/2001 referentes à educação no campo não estão totalmente prontos, há somente dados parciais. Os dados de 1995 do IBGE não possuem as informações dos estados de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

<sup>12</sup> A autora se propõe analisar o MST e a ocupação da escola em duas etapas: A trajetória da questão da educação escolar no MST e, posteriormente, a ocupação da escola na formação dos sem terra.

<sup>13</sup> Em 2000, na cidade de Fazenda Nova – GO, a Secretaria Municipal de Educação adotou esta política. Trazia as pessoas do Assentamento Nossa Senhora de Fátima para a cidade, misturando crianças da escola e os adultos, em um ônibus que não tinha nenhuma condição, pessoas literalmente amontoadas como gado. Testemunhei isso quando fazia estágio pastoral neste município da Diocese de Goiás e denunciei a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

<sup>14</sup> Neste tópico, Paulo Freire trabalha a alfabetização de adultos como crítica de uma visão ingênua e como compreensão de uma visão crítica. Na verdade, o MEB é o que é, graças a Paulo Freire.

<sup>15</sup> FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Paz e Terra, 1974.

<sup>16</sup> Mesmo se tratando de uma história da Igreja, há uma importante visão por parte do CEHILA em mostrar a perda da identidade ao longo do tempo. Esta perda se deve a formação submissa que o povo foi recebendo do poder dominante e da própria Igreja que estava atrelada ao Estado.

<sup>17</sup> Consulta Popular. *Projeto Popular para o Brasil*. Cartilha para debates em grupo, 1998.

<sup>18</sup> Thèse (Doctorat em Sociologie) – Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales.

<sup>19</sup> Atendimento diferenciado e específico, jamais desigual.

<sup>20</sup> Estes quatro tópicos a respeito do ato de conhecer foram abordados no Relatório para a UNESCO

da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

<sup>21</sup> A pedagogia da alternância vem sendo trabalhada há mais de 30 anos pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), dentre elas, a Escola Família Agrícola de Goiás (ensino fundamental) e a de Campo Grande (magistério e formação de professores).

<sup>22</sup> O tema do projeto é: “A Educação Camponesa como espaço de resistência e recreação da cultura: Uma avaliação sobre as práticas educativas das escolas do campo”.

## Referências

ANTUNIASSI, M. H. R. *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

CALDART, R. S. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIM, C.; CALDART, R. S. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília, Articulação Nacional Por uma educação básica do campo, 2000. Caderno n. 3.

CHASSOT, A. Presenteísmo: uma conspiração contra o passado que ameaça o futuro. In: HOBBSAWM, E. *Era dos extremos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

CNBB. Texto Base da Campanha da Fraternidade. 1998. p. 55-134.

CNBB. Texto Base da Campanha da Fraternidade. 2002. p. 7-111.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, B. M. *Educação no meio rural: por uma escola do campo*. Texto elaborado a pedido da Conferência. Unesp, 1998.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, M. da G. *Educação não-formal e cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Edunesp, 1995.

LISITA, C. *Latifundiários, violence et pouvoir: les relations avec la paysannerie et l'église dans l'État de Goiás-Brésil*. Paris, 1992.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

- NETO, L. B. *Sem terra, aprende e ensina*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- REZENDE, M. V. *Não se pode servir a dois senhores: história da igreja no Brasil – período colonial*. Lins: Todos Irmãos, 1980.
- SAVIANI, D. *A Nova Lei da Educação: LDB – trajetórias, limites e perspectivas*. 6. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SPEYER, A. M. *Educação e campesinato, uma educação para o homem do meio rural*. São Paulo: Loyola, 1983.
- VVAA. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.
- VVAA. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Ed. da UnB, 1999.
- VVAA. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

*Abstract: this article has the objective to reflect about the problems and the alternatives existing in the education related to farm workers. A movement is being formed and carried out by educators committed to the pedagogical-cultural cause of agricultural laborers. The First National Conference for a Basic Education in the farmlands is only a thrown seed and we intend to continue watering this immense garden of Education. The article, also, comes to bring to light the problems of education in the rural areas after the basic teaching became municipal, and to show the alternatives that follow contrary to the historical flow, as is the case of the Pedagogy of the MST and the Pedagogy of the EFAs.*

*Key words: education in the farmlands, alternative, collective memory, identity, education*

CLAUDEMIRO GODOY DO NASCIMENTO

Licenciado em Filosofia pelo Ifiteg/UCG. Concluiu o 1º. ano de Teologia na PUC-Campinas. Mestrando em Educação na Universidade Estadual de Campinas, com linha de pesquisa voltada para Avaliação, especificamente, Educação Camponesa e Cultura. *E-mail:* <claughnas@unicamp.br>; <claughnas@zipmail.com.br>. *Home page:* www.edudespartar.hpg.com.br